

Gênero e sexualidade na educação

Daniela Macias Nogueira*

Resumo

O trabalho foi desenvolvido com dezessete Estabelecimentos de Ensino da Rede Estadual do NRE-Ivaiporã, através de grupos de estudos e orientações do trabalho pedagógico em relação à abordagem de Gênero e Diversidade sexual. Com o objetivo de realizar uma análise crítica e reflexiva em relação ao tratamento desta temática pelos/as professores/as, como forma de dar visibilidade aos sujeitos como portadores/s de direitos, procurando desmistificar o tratamento e abordagem da temática entre os/as educadores/s das diversas disciplinas da educação básica, bem como, colocar aos educadores/as que são possíveis práticas pedagógicas coerentes com os novos tempos, sem a influência de questões morais e religiosas historicamente construídas, fazendo com que ocorram reflexões e mudanças em suas práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Educação. Gênero. Sexualidade.

* SEED/NRE-Ivaiporã, Equipe de Ensino – Coord. Pedagógica Do Núcleo Gênero e Diversidade Sexual, Profa. De Biologia e Mestre em Educação pela UTIC. Email: dani_macias@hotmail.com

Introdução

Sendo a sexualidade, entendida como uma construção social, histórica e cultural, sente-se a necessidade de ser discutida na escola - espaço privilegiado para o tratamento pedagógico desse desafio educacional contemporâneo. A proposta do trabalho educativo com a diversidade sexual é inseri-la nas diversas disciplinas do currículo por meio dos conteúdos elencados nas Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica. Nesta perspectiva consideram-se os referenciais de classe, raça/etnia, gênero e diversidade sexual. O desafio é subsidiar teórico-metodologicamente os professores e as professoras da rede estadual, por meio da formação continuada e da produção de materiais de apoio pedagógico.

Através de grupos de estudos, orientações pedagógicas, fundamentação teórica e metodológica aos educadores/as da rede estadual de ensino, espera-se oferecer aos professores/as um constante aperfeiçoamento a partir de discussões e capacitação para enfrentamento das dificuldades acerca de questões de gênero e diversidade sexual, preparando os mesmos para discussões no ambiente escolar baseada em conhecimento científico e não em crenças e valores pessoais.

Gênero e sexualidade na educação

De acordo com as sínteses das discussões realizadas na escola com seus pares os educadores/as relatam que ao longo da história ocorreram mudanças de comportamentos e crenças relacionadas à sexualidade. Em diferentes culturas essa foi se tornando questionável em todos os campos de conhecimentos, que inicialmente eram encarados como natural e posteriormente certos relacionamentos eram tidos como anomalias e inclusive com tratamentos clínicos, como a homossexualidade que era considerada doença.

Consideram que este conhecimento possui relevância mais do que significativa diante do processo de desenvolvimento a partir do ensino aprendizagem efetivo, as relações entre a mudança e o processo de ensino aprendizagem devem contribuir para a reflexão sobre outras formas de organização social e como a escola deve agir no mundo atual para produzir mudanças de paradigmas através da produção de conhecimentos que nos leve a uma vida digna sem desigualdades sociais. Pois segundo Meirelles (1997, p. 83) “o professor é mediador e organizador do processo pedagógico, favorece a visão de conjunto sobre a situação, e propõe outras fontes de informação, colocando o aluno em contato com outras formas de pensar”.

É de comum acordo entre eles/as que a visão de professores/as é de que a sexualidade é vista de diferentes formas em cada época e em cada povo, pois com a modernidade cada geração tem em mente um novo conceito sobre sexualidade. Cada povo segue sua cultura e, assim, dita as regras, como por exemplo, na Grécia Antiga, já existia a bissexualidade e na Grécia Clássica predominava a autonomia da razão, do pensamento crítico e a personalidade livre, onde a homossexualidade e a bissexualidade eram socialmente aceitas. Para outros povos, como os Indus e os Arianos, a mulher era a chefe da família, pois era capaz de gerar a vida.

Já no século XVII, os educadores/as reconhecem que acontece um desvio da influência religiosa sobre os costumes sexuais, aonde a sexologia veio contribuir com a religião através de seus estudos, as mulheres sentem necessidade de trabalhar para assumir seu papel perante a sociedade. Portanto, a cada período vemos uma série de novos conhecimentos relacionados à sexualidade, pois cada geração assimila a herança cultural dos antepassados, ao mesmo tempo em que estabelece mudanças.

Os grupos em unanimidade identificam que o movimento feminista se dividiu em duas ondas, segundo as historiadoras: a primeira onda foi denominada movimento sufragista, buscando o direito do voto às mulheres, agregando muitas outras reivindicações como: o direito a educação, condições dignas de trabalho, exercício da docência. Na segunda onda, a meta era colocar as mulheres, seus interesses, necessidades e dificuldades em discussão.

Na segunda metade do séc. XIX, as mulheres passaram a ocupar espaços nas escolas e hospitais, onde suas atividades na maioria das vezes eram controladas por homens, e, logo após, foram colocados em discussão seus interesses, necessidades e dificuldades. Esses estudos levantaram informações que antes não existiam que produziram estatísticas sobre as condições de vida de diferentes grupos de mulheres, que exerciam seu direito de trabalhar, porém com muitas restrições.

As abordagens feministas se afastam daquelas vertentes que tratam o corpo como uma entidade biológica universal para teorizá-lo como um construto sociocultural e lingüístico, produto e efeito de relações de poder, o conceito de gênero passa a englobar todas as formas de construção implicadas com processos que diferenciam mulheres de homens, e privilegia o exame dos processos de construções biológicas, comportamentais e psíquicas percebidas entre homens e mulheres. Enfatizar o caráter fundamentalmente histórico, social, cultural e lingüístico do gênero não significa negar que ele se constrói com corpos que passam a ser reconhecidos e nomeados como corpos sexuados. Desse modo, quando

discutimos a produção de diferenças e desigualdades de gênero, deveríamos de algum modo, fazer uma análise dos processos sociais mais amplos que discriminam sujeitos diferentes em função de seu gênero.

Guacira Louro (2007) chama a atenção para a forma com que os educadores encaram a discussão da sexualidade, pois muitos pensam que se deixar de tratar desses problemas a sexualidade ficará fora da escola. A escola não reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas ela própria as produz. Os indivíduos aprendem desde muito cedo a reconhecer seus lugares sociais e aprendem isso através de estratégias muito difíceis de reconhecer.

Referir-se a meninos e meninas ou homens e mulheres sempre na forma masculina favorece uma superioridade de um gênero sobre o outro. A linguagem no masculino não é um reflexo do real, ou seja, a escolha do homem serviu para denominar a única espécie do planeta que se raciocina que tem inteligência. Portanto, sugere-se que professores e professoras evitem o tratamento no masculino, evitando assim maior constrangimento frente aos alunos, esse pode ser um dos caminhos para mudar a realidade.

Sabat (2007, p. 149) argumenta que:

A educação, compreendida de maneira ampla, é um dos processos mais eficientes na constituição das identidades de gênero e sexual. Em qualquer sociedade, os inúmeros artefatos educativos existentes têm como principal função com/formar os sujeitos, moldando-os de acordo com as normas sociais.

Justifica-se assim a importância do tratamento de questões relacionadas as relações de gênero e diversidade sexual durante o processo de ensino aprendizagem, pois a escola não pode mais simplesmente encaminhar ou marcar horário para tratar destas questões, cabe a ela se aprofundar em conhecimentos científicos historicamente construídos e através de discussões e reflexões oportunizar a mudança de atitudes a todos/as os/as sujeitos envolvidos na educação. No entanto, percebe-se que o/a educador/a tem uma posição de fuga de sua responsabilidade, de aprofundamento de estudos acerca de temas que não condizem especificamente com seus conteúdos disciplinares, como se a educação só se restringisse ao conteúdo específico de cada área do conhecimento.

Constata-se que somente a partir dos movimentos feministas e os movimentos sociais ocorrem a redefinição e a ampliação não só de sentidos educativos, mas também os políticos. Que temas como corpo, sexualidade, maternidade, relações afetivas e muitos outros assuntos, mais pudessem ser problematizados a partir deles. Na opinião dos/as educadores/as os movimentos feministas proporcionaram liberação no mercado de trabalho,

ocasionando a ausência do lar e problemas educacionais, deixando de participar da educação de seus filhos, como se o cuidado com os filhos fosse única e exclusiva função feminina, onde o homem não pudesse participar do processo de educação de seus filhos. Historicamente a mulher era vista como o símbolo da fertilidade, sendo considerada a matriarca. A concepção era considerada cósmica, excluía-se a participação do homem, neste sentido até os dias atuais vemos este comportamento predominando.

O papel da mulher vem mudando no decorrer dos tempos em vários campos, principalmente no mercado de trabalho, na educação e na política. A educação compete deixar claro que tanto homens quanto mulheres têm os mesmos direitos e deveres, sempre deixando o preconceito e a discriminação de lado ao realizar a abordagem. Diante dessa observação se torna necessário que o educador tenha uma prática pedagógica que efetivamente contribua para a promoção de uma educação igualitária.

A escola relata que ao analisar os diferentes conceitos de gênero e ao se dispor em discutir a produção de diferenças e desigualdades de gênero, também está ou deveria estar de algum modo, fazendo uma análise dos processos sociais mais amplos que marcaram a discriminação de diferentes sujeitos, em função tanto de sua identidade de gênero quanto em função de articulações com a raça/etnia, orientação sexual, religião, aparência física, entre outras. Demandando assim uma ampliação e complexificação não só das análises que precisamos realizar, mas ainda, uma re-avaliação profunda das intervenções sociais e políticas que seriam necessárias e de acordo com a realidade executá-las.

Os/as educadores/as relatam ainda que a eles/as remete a pensar conhecer e questionar as formas como a sociedade trata as mulheres e os grupos homossexuais com especial atenção para as relações de poder que circulam em seus meios, as formas que assumem tais relações e as resistências que são exercidas. Consideram ainda que o corpo seja uma constituição sociocultural e lingüística, produto e feito de relações de poder. Chegaram à conclusão de que tanto às questões de gênero como de sexualidade são social e historicamente construídas e, portanto, podem ser transformadas.

As mudanças ao longo da história refletem na sociedade e na cultura, mas ainda existem preconceitos com relação a obesidade, ser homem ou mulher, negro/a ou branca/o, homossexual ou heterossexual são construções sociais ideológicas para legitimar o poder. A mulher não deixou de ser mulher e sim acumulou tarefas e responsabilidades do lar, as formas pelas quais se reconhece e se distinguem as desigualdades de gênero exercidas pela sociedade.

Tendo em vista a história das relações de poder entre homens e mulheres, se faz necessário pensar e repensar na reprodução desses papéis, principalmente da abordagem durante o processo ensino aprendizagem.

Reconhecem que a abordagem é polêmica e devido ao preconceito existente na sociedade vigente, bem como falta de respeito, prostituição, aliciamento de menores, entre outros. Existem pais que não aceitam a abordagem da sexualidade na escola devido as suas culturas, religiões, costumes, entre outros e não visualizam que a família mudou, não é mais a mesma, ocasionando grande preocupação entre os/as professores/as ao trabalhar o assunto, devido à diversidade de sujeitos em uma sala de aula. Segundo Sayão (1997, p. 113), “o trabalho de orientação sexual desenvolvido pela escola deve diferenciar-se, pois, da abordagem assistemática realizada pela família, principalmente no que diz respeito à transmissão de valores morais indissociáveis à sexualidade”.

A abordagem da sexualidade deve ser contínua, sistemática, corajosa, honesta e politicamente interessada com a crítica desses modelos de desigualdades sexual, de gênero, de etnia/raça, de geração de classe, de religião, entre outros.

Após discussões as/os educadoras/es reconhecem que a educação sexual precisa discutir as marcas da identidade do sujeito sem subordinação à exclusão, sexismo, homofobia, discriminação e preconceito.

Nesse contexto, a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos da população adolescente e jovem assume centralidade, incluindo-se a necessidade de superação dos processos de intolerância com a diversidade de orientação sexual que, em algumas realidades tornaram-se tão cruéis que acabam impondo aos jovens homossexuais uma vida de sofrimento e exclusão.

Sendo assim, o estudo e a discussão dos temas e metodologias possíveis de serem desenvolvidos nas diferentes disciplinas escolares desenvolveram-se nos diversos horários de hora-atividade, sendo um desafio tanto para o pedagogo como para o professor que dispõe de pouco tempo para preparo e estudo dos conteúdos já planejados e registrados em seu plano de trabalho e em algumas disciplinas como física.

Em relação a forma de abordagem do tema os/as professoras/es acreditam que tem que sair de seu conteúdo para trabalhar um outro não planejado e que não está previsto dentro desta disciplina, enquanto que, houve resistência por parte de outros professores/as, indicam como sugestões de capacitação que os temas sejam abordados nas semanas pedagógicas e DEB, contemplando os assuntos nas disciplinas. Porém

ainda encontra-se para eles/as como sendo obrigatório para as disciplinas de ciências e biologia e as demais disciplinas quando possível e planejado dentro do plano docente, sugerem ainda a promoção de palestras com a parceria de profissionais devidamente capacitados, para que esses assuntos não sejam meramente para cumprir um trabalho imposto e desenvolvido de maneira incorreta.

Segundo relatos dos/as educadores/as é importante ressaltar que em pesquisa realizada pelo ministério da Saúde, a partir de dados do Censo Escolar, as dificuldades começam no despreparo dos professores, por não terem recebido das instituições de ensino superior formação adequada para trabalhar o tema, passam pelo medo dos pais pela atual cultura relacionada a sexo. Os relatórios mostram ainda que, quando existe alguma informação, ela não é aprofundada de forma que consiga transformar comportamentos.

As escolas reconhecem que recebem inúmeras crianças de vários níveis sociais, religião, etnia, orientação sexual, culturas, entre outros, uma diversidade de sujeitos e, no entanto, não há tempo, profissionais preparados e materiais adequados para desenvolver sequer as disciplinas obrigatórias, que dirá os temas transversais, como o da sexualidade. Faz-se necessário que o Estado perceba que nem todos os/as professores/as estão preparados para trabalhar o tema. O profissional da educação sexual precisa estar livre de preconceitos, sejam eles frutos de sua vivência, religião ou ponto de vista, pois um trabalho feito de forma preconceituosa pode ter o efeito contrário ao esperado. De acordo com Silva e Soares (2007, p. 89), “as representações da sexualidade na juventude e os mitos que perpetuam determinados padrões sexuais resultam na impossibilidade de a escola conviver com diferentes contextos culturais”.

Reconheceu-se entre os participantes do curso que a escola possui ações que valorizam as diferenças entre os gêneros, classe social, etnias, entre outros, destaca-se a importância de tornar a discussão a respeito a diversidade sexual como algo tranquilo e de fácil interpretação, sendo necessário criar o hábito da discussão e tomar cuidado com as entrelinhas e as diferenças.

Pois de acordo com Sayão (1997, p.112):

A escola também se constitui num importante agente nesse campo. Não é apenas nas portas de banheiros, muros e carteiras que se inscreve a sexualidade no espaço escolar. Ela invade por completo essa “praia”. As atitudes dos alunos no convívio escolar, o comportamento entre eles, as brincadeiras e paródias inventadas e repetidas, tudo isso transpira sexualidade. Ao não reconhecer essas múltiplas manifestações, é como se a escola realizasse o pedido, impossível de ser atendido, de que os alunos deixem sua sexualidade fora dela.

Após as discussões realizadas nos estabelecimentos de ensino com os demais educadores/as, conclui-se que a homossexualidade não deve ser recriminada em sala de aula e que professores/as devem tentar socializar esses alunos evitando discriminá-los e esclarecendo o processo histórico da sexualidade, reconhecem a importância da escola colocar o conhecimento construído ao longo dos tempos pelas civilizações, como forma de superação de atitudes pedagógicas ultrapassadas.

Fica explícito que independente dos educadores/as realizarem as abordagens ou não a sexualidade se coloca no discurso o tempo todo no ambiente escolar, sendo entre os pares, na internet, nos livros, nas revistas, entre outros.

Conclusões

Nesta perspectiva conclui-se como necessário que os professores repensem a forma de produzir, veicular, pensar, dizer, agir e viver a realidade diversa e complexa que envolve os sujeitos da educação. Repensando também sua maneira de contribuir como profissional da educação na construção de uma sociedade igualitária em todos os níveis das relações humanas. Vê-se ainda a importância dos/as educadores/as buscarem conhecimento científico sobre a referida demanda, pois se sabe que o processo de ensino aprendizagem é muito complexo e requer um preparo prévio do profissional da educação, e acima de tudo não deixar de reconhecer o seu papel como cidadão que leva a uma sociedade a sua contribuição. Discutindo assim sua função social no tratamento pedagógico de questões de gênero e diversidade sexual.

Em relação ao estado fica explícito a necessidade da oferta de formação continuada para os profissionais da educação acerca de temas que envolvam os direitos humanos, sexuais, reprodutivos e principalmente o de acesso, permanência e qualidade na educação, sem distinção de classe social, religião, etnia, orientação sexual, como forma de garantir o direito de todos os sujeitos presentes na educação de acesso ao conhecimento historicamente produzido.

O curso em questão contribuiu para a reflexão e entendimento de que a escola é um espaço de tratamento do conhecimento e que somente através da fundamentação teórico-metodológica o professor/a irá obter condições necessárias para realizá-la numa abordagem atual. Oferecendo ainda aos educadores/as uma forma constante de aperfeiçoamento por intermédio dos encontros, das discussões, reflexões, e entendimentos para o enfrentamento das dificuldades acerca de questões de gênero e diversidade

sexual, contribuindo com a preparação dos mesmos para discussões baseadas em conhecimento científico e não em crenças e valores pessoais.

Identifica-se também a importância da parceria entre a IES e a SEED ao discutir assuntos atuais e relevantes como forma de contribuir para a construção de uma sociedade crítica, reflexiva e autônoma e principalmente livre de preconceitos e discriminação.

Bibliografia

- ABROMOVAY, Mirian; CASTRO, Mari Garcia e SILVA, Lorena Bernadete da (org.). *Juventudes e sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.
- AQUINO, Julio Groppa. (org.) *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997.
- HIGHWATER, John. *Mito e Sexualidade* (J. A. dos Santos, trad.). São Paulo: Saraiva, 1992.
- LOURO, Guacira Lopes, FELIPE, Jane, GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.) *Corpo, Gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. (3ª. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. (9ª. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- NUNES, Cesar e SILVA, Edna. *Sexualidade (s) adolescentes (s): uma abordagem didática das manifestações da sexualidade na adolescência*. Florianópolis: Sophos, 2001.